



Número: **5000017-34.2025.8.13.0778**

Classe: **[CÍVEL] EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Arinos**

Última distribuição : **06/01/2025**

Valor da causa: **R\$ 959.779,72**

Assuntos: **Cédula de Crédito Rural**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (EXEQUENTE)	
	MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (ADVOGADO)
MILTON MAI (EXECUTADO(A))	
	SORAIA DE SOUZA MEDEIROS (ADVOGADO) LARISSA VERAS SOL (ADVOGADO) MAISA PIO ALVES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) MARIANA DELGADO DE CARVALHO SILVA (ADVOGADO)
DANIEL MAI (EXECUTADO(A))	
	SORAIA DE SOUZA MEDEIROS (ADVOGADO) LARISSA VERAS SOL (ADVOGADO) MAISA PIO ALVES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) MARIANA DELGADO DE CARVALHO SILVA (ADVOGADO)
DONIZETE MAI (EXECUTADO(A))	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10673671061	06/05/2026 18:08	Outros Documentos	Outros Documentos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de Arinos / Vara Única da Comarca de Arinos

Rua Major Saint Clair, 1003, Fórum Coronel Manoel José de Almeida, Arinos - MG - CEP: 38680-000

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO

Os horários aqui considerados são sempre os horários de Brasília/DF

Vara Única da Comarca de Arinos/MG

EDITAL de 1º e 2º LEILÃO DE BEM IMÓVEL para intimação do executado e proprietário do bem Daniel Mai – CPF nº 132.131.296-23, seu cônjuge se casado for, do executado Donizete Mai – CPF nº 087.957.456-96, do executado e fiel depositário do bem Milton Mai – CPF nº 368.598.260-53, seu cônjuge Rudinez Lurdes Boza Mai – CPF nº 026.135.016-18, do credor pignoratício ADM do Brasil Ltda. – CNPJ nº 02.003.402/0051-34, por meio de seu representante legal, do credor hipotecário e credor pignoratício Banco Santander (Brasil) S/A – CNPJ nº 90.400.888/0001-42, por meio de seu representante legal, e demais interessados, extraído dos autos de Execução de Título Extrajudicial, requerente Banco Santander (Brasil) S/A, processo nº 5000017-34.2025.8.13.0778.

O Dr. Alan da Silva dos Santos, MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Arinos/MG, na forma da lei, FAZ SABER que, com fundamento no artigo 879, II do CPC, através do portal eletrônico (www.mouzarbastonleiloes.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação o bem abaixo descrito, conforme condições de venda constantes no presente edital.

No 1º Leilão com início da publicação do edital e término no dia 18 DE JUNHO DE 2026, às 10:00 horas, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 18 DE JUNHO DE 2026, às 10:01 horas e término no dia 18 DE



JUNHO DE 2026, às 14:00 horas, caso não haja licitantes no 1º Leilão, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% do valor da avaliação (Art. 891, § único do CPC).

DESCRIÇÃO DO BEM: Uma fazenda, denominada “Fazenda Serra das Araras”, com área total de 80ha, localizada na FZ. Serra das Araras, 0, CEP 39314-000, no município de Chapada Gaúcha/MG, na Comarca de Arinos/MG, com seus limites e confrontações descritos na matrícula. Título Aquisitivo: 3.748. O bem imóvel está matriculado sob o nº 9.120, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Arinos/MG. INCRA nº 950.190.211.990-8.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem imóvel a ser leiloado é de R\$5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos reais), sendo cada hectare avaliado a R\$70.000,00 (setenta mil reais) conforme Auto de Penhora e Avaliação de ID 10482685955 - Pág. 7, de 27 de junho de 2025, devidamente homologada em Despacho de ID 10625650981 – Pág. 1/3, de 11 de fevereiro de 2026.

ÔNUS E RECURSOS SOBRE O BEM IMÓVEL: Sobre o bem imóvel a ser leiloado constam os seguintes ônus:

1) Penhor, através da Cédula de Produtor Rural Financeira nº 1437S65158-1, em favor de ADM do Brasil Ltda. – CNPJ nº 02.003.402/0051-34, conforme AV-10 da matrícula nº 9.120, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Arinos/MG.

2) Penhor, através da Cédula Rural Pignoratícia nº 167100302286, em favor de Banco Santander (Brasil) S/A – CNPJ nº 90.400.888/0001-42, conforme AV-16 da matrícula nº 9.120, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Arinos/MG.

3) Hipoteca cedular de 1º grau em favor de Banco Santander (Brasil) S/A – CNPJ nº 90.400.888/0001-42, conforme R-19 da matrícula nº 9.120, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Arinos/MG.

4) Penhor, através da Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 254200300123, em favor de Banco Santander (Brasil) S/A – CNPJ nº 90.400.888/0001-42, conforme AV-20 da matrícula nº 9.120, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Arinos/MG.

5) Hipoteca cedular de 2º grau em favor de Banco Santander (Brasil) S/A – CNPJ nº 90.400.888/0001-42, conforme R-21 da matrícula nº 9.120, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Arinos/MG.

6) Hipoteca cedular de 3º grau em favor de Banco Santander (Brasil) S/A – CNPJ nº 90.400.888/0001-42, conforme R-23 da matrícula nº 9.120, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Arinos/MG.

7) Hipoteca cedular de 4º grau em favor de Banco Santander (Brasil) S/A – CNPJ nº 90.400.888/0001-42, conforme R-25 da matrícula nº 9.120, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Arinos/MG.

8) Hipoteca cedular de 5º grau em favor de Banco Santander (Brasil) S/A – CNPJ nº 90.400.888/0001-42, conforme R-26 da matrícula nº 9.120, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Arinos/MG.

9) Hipoteca cedular de 6º grau em favor de Banco Santander (Brasil) S/A – CNPJ nº 90.400.888/0001-42,



conforme R-28 da matrícula nº 9.120, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Arinos/MG.

10) Penhor, através da Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 254200300468, em favor de Banco Santander (Brasil) S/A – CNPJ nº 90.400.888/0001-42, conforme AV-29 da matrícula nº 9.120, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Arinos/MG.

11) Hipoteca cedular de 7º grau em favor de Banco Santander (Brasil) S/A – CNPJ nº 90.400.888/0001-42, conforme R-30 da matrícula nº 9.120, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Arinos/MG.

12) Hipoteca cedular de 8º grau em favor de Banco Santander (Brasil) S/A – CNPJ nº 90.400.888/0001-42, conforme R-31 da matrícula nº 9.120, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Arinos/MG.

13) Hipoteca cedular de 9º grau em favor de Banco Santander (Brasil) S/A – CNPJ nº 90.400.888/0001-42, conforme R-33 da matrícula nº 9.120, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Arinos/MG.

14) Hipoteca cedular de 10º grau em favor de Banco Santander (Brasil) S/A – CNPJ nº 90.400.888/0001-42, conforme R-34 da matrícula nº 9.120, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Arinos/MG.

15) Penhor, através da Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 254200300492, conforme AV-35 da matrícula nº 9.120, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Arinos/MG.

16) Penhor, através da Cédula de Produto Rural Financeira, conforme AV-36 da matrícula nº 9.120, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Arinos/MG.

VALOR DA DÍVIDA NO PROCESSO: O valor da dívida no processo é de R\$959.779,72 (novecentos e cinquenta e nove mil e setecentos e setenta e nove reais e setenta e dois centavos), conforme Planilha de Atualização de Débito de ID 10369321091 - Pág. 1, atualizado até 06/01/2025.

Débitos de Impostos e Taxas Municipais: Os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência (art. 908, §1º do CPC/2015), salvo determinação judicial em contrário. Eventuais débitos tributários relativos ao bem imóvel ficam sub-rogados no preço nos termos do artigo 130 do Código Tributário Nacional, não respondendo por eles o adquirente.

CONDIÇÕES DE VENDA:

1) o(s) bem(ns) será(ão) vendido no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantia, poderá encontrar-se ocupado e sua desocupação se dará por conta e risco do arrematante, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes do pregão (Artigo 12 da Resolução nº 236 do CNJ);

2) o primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supra indicados;

3) não havendo lance superior ao valor da avaliação no primeiro leilão, seguir-se-á, sem interrupção, o segundo pregão, que se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital;

4) em segundo pregão não serão admitidos lances inferiores a 50% do valor da avaliação (Art. 891, § único do CPC).



- 5) sobrevivendo lance nos três minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do leilão será prorrogado em três minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (Artigo 21 da Resolução nº 236 do CNJ);
- 6) Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do Leiloeiro e serão imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido o envio de lances por qualquer outro meio, que não seja por intermédio do sistema do gestor (Artigo 22 da Resolução nº 236 do CNJ);
- 7) serão aceitos lances superiores ao lance corrente, tendo por acréscimo mínimo obrigatório o valor informado no site;
- 8) a comissão devida ao leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance, e ser-lhe-á pagos diretamente;
- 9) com a aceitação do lance, o sistema do leiloeiro emitirá guia de depósito judicial identificado vinculado ao Juízo do Processo;
- 10) o arrematante terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para efetuar os depósitos dos valores da arrematação e da comissão (Artigo 24 da Resolução nº 236 do CNJ).
- 11) o auto de arrematação será assinado por este Juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, após a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação e da comissão, salvo se permitido na modalidade de pagamento parcelado, nos termos do artigo 895 do CPC;(art. 903, caput, do CPC c/c Artigo 25 da Resolução nº 236 do CNJ)
- 12) não sendo efetuado o depósito da oferta, o gestor comunicará imediatamente o fato ao Juízo, informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no art. 897 do CPC e Art. 26 da Resolução nº 236 do CNJ;
- 13) o exequente, se vier a arrematar o bem, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder o seu crédito, depositará dentro de 3 (três) dias a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação e, neste caso, o bem será levado a novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC). Na hipótese de arrematação do bem pelo exequente fica este obrigado ao pagamento da comissão do leiloeiro público oficial;
- 14) eventuais créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (CTN, art. 130, parágrafo único);
- 15) o arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, poderá ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal), e, também por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro, sem prejuízo de ser considerado ato atentatório a dignidade da justiça, nos termos do art. 903 §6º (art. 23 da LEF).
- 16) O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) em caráter “ad corpus” – art. 500 §3º do Código Civil, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar na descrição do(s) imóvel(is) e a realidade existente.
- 17) O arrematante deverá se cientificar previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal ao(s) imóvel(is), no tocante ao uso do solo ou zoneamento e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar a decorrência da arrematação do(s) imóvel(is)



18) Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos ao mesmo os valores pagos e relativos ao preço do(s) imóvel(is) arrematado(s) e à comissão do Leiloeiro, deduzidas as despesas incorridas;

19) Assinado o Auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma prevista no parágrafo 4º do art. 903 do CPC. A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no artigo 903, caput, e §1º do Código de Processo Civil;

20) Havendo interposição de embargos do executado ou a ação autônoma, o Juiz de execução poderá, a seu exclusivo critério, transferir ao arrematante a posse precária do(s) imóvel(is) até a decisão final do recurso;

21) Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à transferência do(s) imóvel(is) arrematado(s) para o seu nome. Para transferir o(s) imóvel(is) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar junto ao Cartório da Vara responsável a respectiva “carta de arrematação”.

LEILOEIRO: O leilão será realizado e acompanhado pelo leiloeiro, Sr. Mouzar Baston Filho, devidamente cadastrado na JUCEMG N° 1125.

PAGAMENTO e RECIBO DE ARREMATAÇÃO: O(s) valor(es) do(s) bem(ns) arrematado(s), deverá(ão) ser depositado(s) através de guia de depósito judicial do Sistema do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - DEPOX (emitida através do site <http://depox.tjmg.jus.br/depox/pages/guia/publica>), no prazo de 24 horas da realização do leilão, bem como deverá ser depositada a comissão do Leiloeiro.

PAGAMENTO PARCELADO:

- 1) O(s) interessado(s) poderão adquirir os bens penhorados em prestações, conforme Artigo 895 do CPC.
- 2) Em qualquer hipótese, será necessário o pagamento de no mínimo 25% do valor do Lance à vista, podendo o restante ser parcelado em até 30 meses, desde que garantido por meio caução idônea, quando se tratar de bens móveis, ou por meio de hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, conforme dispõe 895, I, II e §§, do Código de Processo Civil.
- 3) A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, desde que no mesmo valor, conforme dispõe o artigo 895, § 7º do Código de Processo Civil.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Em até 5 horas após o encerramento do Leilão, o arrematante receberá e-mail com instruções para os pagamentos (É importante esperar o recebimento deste e-mail antes de efetuar qualquer pagamento).
- 2) Decorrido o prazo de 24 horas do término do leilão sem que o arrematante tenha realizado os pagamentos, tal informação será encaminhada ao Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis.
- 3) Desfeita a arrematação pelo Juízo, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos ao arrematante os valores pagos relativos ao preço da arrematação e à comissão do leiloeiro, deduzidas as despesas incorridas.



ADJUDICAÇÃO: A partir da publicação do Edital nos termos do artigo 887, I, do CPC, se o exequente adjudicar o bem imóvel penhorado, ficará responsável pelo pagamento da comissão de 5% (cinco por cento) do valor da avaliação devido ao Leiloeiro.

REMIÇÃO DA EXECUÇÃO: Se a(o) executada(o), após a publicação do Edital nos termos do artigo 887, I, do CPC, pagar a dívida antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 826, do Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para o leilão, a guia comprobatória do referido pagamento acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Neste caso, deverá a(o) executada(o) pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e a comissão devida ao Leiloeiro de 5% (cinco por cento) do valor da avaliação.

DO ACORDO – A partir da publicação do Edital nos termos do artigo 887, I, do CPC, caso seja celebrado acordo judicial entre as partes com suspensão do leilão, fica o(a) executado(a) obrigado(a) a pagar a comissão devida ao Leiloeiro de 5% (cinco por cento) do valor da avaliação, logo na primeira prestação da avença. Caso o acordo seja extrajudicial ou desistência da execução, este percentual será devido pelo credor exequente.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante a Vara Única da Comarca de Arinos/MG, situada na Rua Major Saint Clair, 1003, Centro – CEP 38680-000, na cidade de Arinos/MG, e E-mail: ayn1secretaria@tjmg.jus.br, ou no escritório do Leiloeiro localizado na Avenida Paulo VI, nº 612, Residencial Paraíso, CEP 14.403-143 em Franca – SP e Avenida Santa Rita, 858, Sala D, Centro, CEP 37.993-000 em Cássia/MG, ou ainda, pelos telefones 0800-942-1316/ (35) 99850-0339 e e-mail: mouzar@bastonleiloes.com.br, e no site www.mouzarbastonleiloes.com.br.

Ficam o executado e proprietário do bem, os executados, seus cônjuges se casados forem, os credores pignoratícios e o credor hipotecário, por meio de seus representantes legais, **INTIMADOS PELO PRÓPRIO EDITAL DE LEILÃO** das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal e não tiver advogado constituído, conforme § único do artigo 889 do Código de Processo Civil.

Arinos/MG, 5 de maio de 2026.

ALAN DA SILVA DOS SANTOS

JUIZ DE DIREITO



